

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACC



LUCAS D'ANGELO ARIOSA

UTILIZAÇÃO DE ASPECTOS CONTÁBEIS VOLTADOS PARA
ANÁLISES DE INVESTIMENTOS.

RIO DE JANEIRO
2021

LUCAS D'ANGELO ARIOSIA

**UTILIZAÇÃO DE ASPECTOS CONTÁBEIS VOLTADOS PARA
ANÁLISES DE INVESTIMENTOS.**

RIO DE JANEIRO

2021

LUIZ ANTÔNIO OCHSENDORF LEAL

Professor orientador

LUCAS D'ANGELO ARIOSIA

**UTILIZAÇÃO DE ASPECTOS CONTÁBEIS VOLTADOS PARA
ANÁLISES DE INVESTIMENTOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

(Luiz Antônio Ochsendorf Leal – Orientador – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Mônica Visconti de Melo – Avaliadora – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Maria Cecília de Carvalho Chaves – Avaliadora – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

AGRADECIMENTOS

Breve e verdadeiro agradecimento a todos os professores que me capacitaram e às grandes pessoas que tive o prazer de conhecer durante esse início de carreira e que tanto me ensinaram, possibilitando e ajudando na elaboração deste trabalho e à minha família por sempre me suportar em todas as minhas decisões.

RESUMO

Neste trabalho acadêmico, a seguinte questão é investigada: Qual é a importância e como são realizadas as análises de investimentos das empresas? O presente estudo pretende como objetivo geral compreender sobre as demonstrações contábeis e a importância da análise contábil das mesmas. Como objetivos específicos buscou avaliar sobre a contabilidade e as normas da mesma, analisar sobre balanço patrimonial e mais o que o mesmo envolve nas análises contábeis, estudar sobre os índices econômicos e sua importância para análise contábil e por fim, compreender sobre a análise econômico-financeira das demonstrações contábeis. Este estudo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica que proporcionará a fundamentação teórica do tema em questão, apresentando visões de diversos autores.

PALAVRAS-CHAVE: Análise. Contábil. Investimento. Importância.

ABSTRACT

In this academic work, the following question is investigated: What is the importance and how are companies' investment analysis carried out? The present study intends as a general objective to understand about the financial statements and the importance of their accounting analysis. As specific objectives, it sought to evaluate the accounting and its standards, analyze the balance sheet and more what it involves in accounting analyses, study about economic indices and their importance for accounting analysis and, finally, understand about the economic analysis- financial statement of financial statements. This study is classified as a bibliographical research that will provide the theoretical foundation of the theme in question, presenting views of several authors.

KEYWORDS: Analysis. Accounting. Investment. Importance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS CONTÁBEIS PREVISTAS NO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26.....	8
2.1 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA PADRONIZAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
3 ÍNDICES DE BALANÇO E FUNDAMENTOS DE ANÁLISES.....	13
3.1 PRINCIPAIS ÍNDICES E SUAS APLICABILIDADES PARA ANALISAR UMA EMPRESA.....	13
3.1.1 ÍNDICE PADRÃO.....	13
3.1.2 ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	13
3.2 GIRO DE ATIVO.....	15
3.3 MARGEM LÍQUIDA.....	16
3.4 RENTABILIDADE DO ATIVO.....	16
3.5 VPL.....	17
3.6 TMA (TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE).....	18
3.7 TIR (TAXA INTERNA DE RETORNO).....	20
4. ANÁLISES DE INVESTIMENTOS.....	23
5. AGÊNCIAS DE RATING.....	24
6. ANÁLISES DE EMPRESAS PARA OS INVESTIMENTOS PESSOAIS.....	25
7. EXEMPLO HIPOTÉTICO DE METODOLOGIA PROPOSTA PARA ANÁLISE.....	25
7.1 OBJETIVOS DO INVESTIMENTO.....	25
7.2 MOMENTO DE VIDA DO INVESTIDOR.....	25
7.3 PATRIMÔNIO PARA INVESTIR.....	26
7.4 DISPONIBILIDADE DE RISCOS.....	26
7.5 PERFIL DO INVESTIDOR.....	26
7.6 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS.....	27
7.6.1 VPL.....	28
7.6.2 MÉTODO DE BAYES.....	29
CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende estudar e esclarecer qual é a importância e como são feitas as análises de investimentos, de forma geral. O estudo tem como objetivo elucidar e descrever as principais ferramentas de análises e a importância das análises de conhecimentos contábeis das mesmas, e de certa forma reconhecer o papel da contabilidade dentro das entidades e no cotidiano do investidor.

Baseando-se em diversas opiniões de especialistas citados, foram levantadas questões como vantagens e desvantagens de certas condutas e métodos, avaliações de índices econômicos e entendimento dos mesmos, sempre buscando apresentar da forma mais simples possível para trazer informação, agregar e difundir o conhecimento dos autores pesquisados.

Como objetivos específicos buscou-se avaliar sobre a contabilidade e suas normas, analisar e estudar sobre balanço patrimonial, que é possivelmente a demonstração que mais integra os diversos conhecimentos, e o que mais se envolve nas análises contábeis, estudar sobre outros aspectos contábeis e os índices de negócios, compreendendo sobre a análise econômico-financeira das demonstrações contábeis.

Como encerramento deste estudo, foi realizado uma simulação de investimento pessoal, com finalidade de aproximar e demonstrar a importância dos pontos estudados. O trabalho pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica, pois devido à densidade do assunto, foram necessárias muitas pesquisas e entendo que esse método de trabalho é o que mais poderá proporcionar a fundamentação teórica do tema em questão, ou seja, apresentando visões de diversos autores e especialistas.

2 AS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS CONTÁBEIS PREVISTAS NO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26

Tendo em vista a globalização da economia mundial e as intervenções externas, oriundas de outros países, tanto na forma positiva quanto na negativa, as práticas contábeis adotadas no Brasil tiveram que se adaptar às formas, normas e estruturas internacionalmente utilizadas, possibilitando que investidores, bancos, instituições financeiras, entre outros usuários da informação, pudessem aplicar os seus recursos na economia brasileira.

Desse modo, o Comitê de Pronunciamentos Técnicos Contábeis precisou se reunir e normatizar as demonstrações contábeis, na finalidade de dar seguridade às comparações de tais demonstrações entre exercícios anteriores e entidades diferentes, sendo a aplicabilidade obrigatória em todo território nacional, publicando assim a CPC 26.

Essa convergência da Contabilidade Brasileira com a Contabilidade Internacional trouxe uma melhor apresentação das demonstrações contábeis pela respectiva entidade, o CPC 26 trouxe a base de informações obrigatória das demonstrações, resultando uma elaboração padronizada permitindo a comparabilidade entre empresas ou a mesma empresa ao longo do tempo para que a tomada de decisão seja alicerçada por fontes confiáveis de subsídios que confirmam, ou não a potencialidade de geração dos fluxos de caixas.

O conjunto completo das demonstrações contábeis é dado com: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas; todas predispostas no CPC 26.

Inicialmente a norma técnica trouxe ao Balanço Patrimonial um conteúdo mínimo e obrigatório, vinculada diretamente com a Lei 6.404/76 e com menos flexibilidade, devendo constar em sua estrutura os seguintes:

- Ativo: Caixa e equivalente de caixa (recursos de curto prazo, sem “risco”), Clientes e Outros recebíveis, Estoques, Ativos Financeiros (aplicações no mercado com “risco”, comprar e/ou vender ganhando com isso), Ativos disponíveis para venda, Ativos Biológicos (animais, fazendas,...), Impostos diferidos Ativos (direitos a recuperar), os Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial, Propriedades para Investimento (terrenos e imóveis, aluguéis e valorização de mercado), Imobilizado (bens de uso: equipamentos, máquinas e instalações, que podem ser utilizados para a geração de Fluxos de Caixa) e os Intangíveis (aqueles que não substância física: software e patentes);

- Passivo: Contas a pagar comerciais e outras (salários e outras obrigações ligadas às atividades operacionais), Provisões (trabalhistas, tributárias, cíveis “clientes” e de caráter ambiental), Obrigações financeiras, Obrigações e ativos relativos à tributação corrente, Impostos diferidos passivos, Obrigações associadas à Ativos a disposição para venda e Participação de não controladores (diferença da compra de outra entidade inferior a cem por cento, somente para balanços consolidados);
- Patrimônio Líquido: Capital Social, Capital Integralizado e Reservas (capital, lucros, ajuste avaliação patrimonial).

O CPC 26 também regra as formas de apresentação do Balanço Patrimonial, levando sempre em consideração o ciclo operacional e financeiro da entidade. O ciclo operacional pode ser baseado em duas vertentes:

- Nas operações da empresa (de varejo, indústria e prestação de serviços), ou seja, o ciclo de compra e venda de produtos, ou compra de matéria-prima, transformação e venda de produtos ou, ainda, compra de produtos e a prestação de serviços, quando esses ciclos estão bem definidos, eles normalmente são de um ano (360 dias) e a entidade deverá dividir o balanço em Circulante (dentro do ciclo operacional) e Não Circulante (fora do ciclo operacional);
- Nos recebimentos ou pagamentos (fluxo financeiro), geralmente atribuídos aos bancos, pois como eles não possuem um ciclo definido, pois dependem de empréstimos e recebimentos invariáveis, classificando sua atividade como financeira, a apresentação do Ativo e Passivo terá sua disposição elaborada por “ordem de liquidez”.

Quanto a Demonstração do Resultado do Exercício que traz as receitas e despesas daquele exercício e evidencia o resultado líquido (lucro ou prejuízo), o CPC estabeleceu um conteúdo mínimo e obrigatório a ser apresentado, ou seja, as premissas básicas para sua elaboração e sequência são as seguintes:

- a) Receitas;
- b) Custos dos Produtos, das Mercadorias ou dos serviços vendidos;
- c) Lucro Bruto;
- d) Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- e) Parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;

- f) Resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- g) Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- h) Despesa com tributos sobre o lucro;
- i) Resultado líquido do período.

Cabe salientar que existem alguns pormenores a serem observados, sendo assim, o elaborador deverá se manter atento as condições estabelecidas para a declaração de alguns valores, conforme segue:

- A Receita deve estar na forma líquida, livre dos abatimentos, devoluções e impostos e, ainda, ajustada a valor presente, em casos de financiamento embutido na operação e discriminar nas Notas Explicativas;
- Os Custos dos produtos vendidos devem ser ajustados a valor presente, em casos de financiamento embutido na operação e discriminar nas Notas Explicativas;
- Outras informações: quando os itens de Receitas e Despesas forem materiais, a natureza e montantes devem ser divulgados separadamente e em Notas Explicativas;
- Deve ser ajustada a valor presente, em casos de financiamento embutido na operação e discriminar nas Notas Explicativas;
- Irrecuperabilidade de elementos do Ativo (estoque, imobilizado, ...) deve ser evidenciada em quadros separados e também, nas Notas Explicativas;
- As Receitas e Despesas Financeiras devem ter suas composições detalhadas nas Notas Explicativas;
- O Imposto de Renda, a opção de Lucro Real ou Presumido, as divergências entre o Lucro Contábil e o Fiscal devem ser detalhados nas Notas Explicativas.

O CPC 26 prescreve a característica para a Demonstração de Resultado Abrangente que está vinculada as movimentações no mercado financeiro devendo nela serem declaradas as receitas e despesas ainda não constantes na Demonstração de Resultado devido não terem sido efetivadas e, ainda, estarem atreladas ao Patrimônio Líquido na Conta Resultados Abrangente, representando ganhos ou perdas futuras.

Já para a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deverá se ater nas contas do Patrimônio Líquido e como se deram suas movimentações ou alterações, sendo assim por regramento da CPC 26, ela deverá obrigatoriamente ter as discriminações das seguintes contas:

- Capital Social;
- Reservas de Capital;

- Reservas de lucros;
- Lucros Líquido do Exercício;
- Resultados Abrangentes.

E por fim, no CPC 26 é determinada a obrigatoriedade das Notas Explicativas, lembrando que elas são parte integrante e fundamental das Demonstrações Contábeis, pois as informações nelas contidas devem servir de base para a elaboração de todas as demonstrações e devem informar qual a política contábil utilizada.

2.1 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA PADRONIZAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Brasil iniciou o processo de convergência com o intuito de simplificar a conversão de demonstrações contábeis de uma moeda para outra, pois assim não será necessário efetuar ajustes de princípios e critérios contábeis de um país para outro (PEREZ JUNIOR, 2009, p. 4).

Tratando-se de normas contábeis, é importante frisar que há vantagens, desvantagens e obstáculos mesmo que pareça ser favorável a todos os usuários.

Segundo Niyama e Silva (2021), as vantagens da padronização são: “A assimetria da informação que ajuda a explicar a busca pela padronização; Decorrer da característica da informação como bem econômico; Reduzir ou eliminar a incerteza para a análise de uma organização; Reduzir fraudes e falhas no mercado; Redução de custo em determinadas atividades; Aumento da objetividade na identificação de uma informação; Diminuição da adoção de posturas contrárias aos interesses do mercado.

Ainda segundo Niyama e Silva (2021), as desvantagens são: Os custos diretos ou indiretos envolvidos na regulamentação; Transferência de riqueza entre os usuários da informação; Dificuldade operacional para adotar a padronização; Efeitos sobre as decisões; A regulamentação pode ser injusta ao criar obrigações para organizações de portes distintos.

Para Bueno e Lopes (2005) as vantagens podem ser citadas como:

- Possibilidade que investidores e analistas entendam as demonstrações contábeis de empresas estrangeiras, as quais estariam interessados em investir, eliminando barreiras que dificultam os fluxos monetários de circularem com maior fluidez pelo mundo, sendo eles de investimentos ou financiamentos;
- O não aumento de custos de elaboração de demonstrações financeiras adaptadas às práticas contábeis do país, no qual a empresa deseja buscar financiamentos;
- Simplificação das tarefas relacionadas à consolidação de demonstrações contábeis de filiais espalhadas por diversos países, tornando assim, seus gestores muito mais homogêneos;
- Simplificação e melhora dos trabalhos de auditoria;

Facilita os trabalhos dos fiscos nacionais, com relação as empresas estrangeiras, através da uniformização da mensuração dos lucros tributáveis (reconhecimento de receitas e despesas);

Comparabilidade da situação competitiva de uma empresa no âmbito internacional, uma vez que seria mais simples a identificação da posição estratégica que ocupa em seu setor econômico;

Existência de um sistema contábil homogêneo a nível internacional que serviria como base para o desenvolvimento de sistemas contábeis nacionais próprios àqueles países que ainda não têm um sistema contábil desenvolvido.

Já para Weffort (2005, p.67-68) as desvantagens são as seguintes:

A adoção das normas internacionais localmente pode não resultar em harmonização efetiva das práticas contábeis dos países, especialmente porque são desconsideradas as diferenças nacionais como sistemas jurídicos, estágio de desenvolvimento econômico e aspectos culturais, entre outros;

Sempre há um custo para os países, decorrentes de adoção das normas internacionais;

Pode servir como um meio de imposição da vontade dos países economicamente desenvolvidos sobre aqueles em desenvolvimento. (WEFFORT, 2005, p.67-68).

Para Bueno e Lopes (2005, p.17-19), podem ser consideradas desvantagens:

O processo não é prático e nem fielmente avaliável, considerando que tanto investidores quanto emissores de títulos são capazes de tomar decisões sem necessidade de disporem de normas contábeis comuns a nível internacional;

Trata-se de um processo político, cuja função primordial reside em harmonizar os interesses das partes afetadas;

A resistência à perda da soberania nacional em matéria contábil;

Excesso de flexibilidade ou exceções em temas controversos, especialmente entre os países líderes. (BUENO E LOPES, 2005, p.17-19).

Dessa forma, pode-se afirmar que a padronização é de fato necessária, pois a globalização da economia e o desenvolvimento de grupos multinacionais empresariais foram os fatores principais para a criação de um padrão único e internacional de contabilidade, com a finalidade de facilitar o processo da análise de consolidação e investimentos de empresas de países distintos (PEREZ JUNIOR, 2009, p.01).

3 ÍNDICES DE BALANÇO E FUNDAMENTOS DE ANÁLISES

Os índices de balanço mostram as relações entre as contas e os reflexos dos seus resultados no andamento das atividades da empresa. Seguindo o próprio conceito de índice como sendo aquilo que expressa alguma qualidade, é com tal propósito que os gestores utilizam dessas ferramentas para melhor elaboração dos seus projetos.

Os índices servem de medida dos diversos aspectos econômicos e financeiros das empresas. Assim como um médico usa certos indicadores, como pressão de temperatura, para elaborar seu quadro clínico do paciente, os índices financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa. (MATARAZZO, 2010, p. 82)

3.1 Principais Índices E Suas Aplicabilidades Para Analisar Uma Empresa

Alguns índices são usados com maior frequência pelas empresas devido a sua importância gerencial. Há outros índices que são analisados, por vezes, pelo usuário externo que tenha algum interesse na saúde financeira da empresa, seja para avaliação de investimento, ou para concessão de financiamento, como fazem os institutos.

3.1.1 Índice Padrão

O índice padrão tem por objetivo oferecer a possibilidade de análise de diversos índices contábeis de maneira intrínseca, ou seja, oferece a oportunidade de empresas compararem os dados obtidos através das demonstrações contábeis, fazendo uma relação entre os seus resultados e os resultados obtidos pelos concorrentes.

A construção do índice padrão, conforme Matarazzo (2010), requer alguns cuidados necessários por se tratar de uma ferramenta obtida a partir de técnica estatística que torna possível a extração de algumas medidas de determinado universo de elementos.

3.1.2 Índices De Liquidez

O índice de liquidez diz respeito à espécie mais comum de índice existente, pois se relaciona ao descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos, bem como aos seus reflexos acerca da capacidade financeira da instituição na obtenção de ativos e na honra de suas obrigações (SCHONBLUM, 2004).

O índice de liquidez é basicamente utilizado para avaliar a capacidade de pagamentos que uma empresa é capaz de fazer em um determinado período de tempo, este índice é dividido em outros índices.

Segundo Padoveze e Benedicto (2010), a liquidez corrente é calculada partindo-se da razão entre os direitos em curto prazo da empresa, como caixas, bancos, clientes e as dívidas em curto prazo, tais como empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores.

No Balanço, tais informações se evidenciam de modo respectivo como Ativo Circulante e Passivo Circulante (OLIVEIRA, 2018).

Assim: $\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$.

A liquidez seca é semelhante à liquidez corrente e exclui do cálculo os estoques, por eles não apresentarem liquidez compatível ao grupo patrimonial em que se inserem, de acordo com Oliveira (2018).

O resultado do índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cuidadoso para a liquidação de obrigações (PADOVEZE; BENEDICTO, 2010).

Assim, $\text{Liquidez Seca} = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$.

3.1.2.1 Liquidez imediata

Ainda conforme Padoveze e Benedicto (2010), este é um índice conservador, que considera somente caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, de modo que seja possível quitar as obrigações.

Trata-se de um índice de extrema importância para analisar a situação em curto prazo da companhia.

Assim, $\text{Liquidez Imediata} = \text{Disponível} / \text{Passivo Circulante}$.

3.1.2.2 Liquidez geral

Trata-se de um índice que considera o panorama de longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo, segundo o que afirma Oliveira (2018).

Tais valores também se obtêm no balanço patrimonial (PADOVEZE e BENEDICTO, 2020).

Assim, $\text{Liquidez Geral} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$.

3.1.3 Índice de rentabilidade

Os índices de rentabilidade demonstram qual foi a rentabilidade dos investimentos efetuados por determinada companhia.

Segundo Padoveze e Benedicto (2010), a rentabilidade pode ser compreendida como o grau de remuneração de um negócio.

Já o retorno, por sua vez, é o lucro obtido pela empresa. Desse modo, é possível ser analisada a lucratividade de um negócio, bem como as condições em que se gera o lucro. Os indicadores de rentabilidade são um dos que mais provocam interesse aos sócios, já que demonstram como se dá a remuneração dos recursos aplicados (OLIVEIRA, 2018).

De acordo com Oliveira (2018), no cálculo de indicadores de rentabilidade, é viável a utilização de múltiplos conceitos de lucro.

De acordo ainda com Oliveira (2018), a receita líquida é correspondente à receita bruta que se deduz das devoluções de clientes, impostos sobre as vendas, etc.

O Ativo Operacional Líquido diz respeito aos ativos aplicados na atividade principal do negócio, isto é, o imobilizado (saldos líquidos da depreciação), ativo circulante e o realizável em longo prazo (PADOVEZE e BENEDICTO, 2010).

Já o Lucro Operacional Líquido decorre das operações antes do imposto de renda, reduzidas todas as despesas e receitas que se associam às atividades financeiras (OLIVEIRA, 2018).

3.2 GIRO DE ATIVO

Este índice evidencia a relação entre o volume de vendas com o total de investimentos aplicados. Quanto maior for valor demonstrado, melhor será o resultado

Nos tempos atuais, compreende-se que o volume de vendas é um fator essencial para o bom desempenho de uma companhia.

Para Padoveze e Benedicto (2010), há relação direta entre o volume de vendas e o montante de investimentos, isto é, o montante de Ativo.

Segundo Oliveira (2018), o giro do ativo é, portanto, um indicador de margem de lucro, que evidencia o lucro obtido pela companhia no que se relaciona às suas vendas

líquidas. É possível também calcular a margem de lucro bruto, consistindo no potencial de mercado da empresa na absorção de preços.

Desse modo, a margem de lucro bruto demonstra o potencial das receitas em absorver as despesas operacionais, a performance da produção no controle dos custos, além de indicar o impacto dos custos da mercadoria vendida sobre o lucro (OLIVEIRA, 2018).

É viável, além de tudo, calcular a margem operacional, que é a relação entre o lucro operacional e as vendas líquidas, evidenciando o impacto das despesas e custos operacionais acerca do desempenho da companhia em suas atividades operacionais (PADOVEZE e BENEDICTO, 2010).

3.3 MARGEM LÍQUIDA

De acordo com Oliveira (2018), a Margem Líquida mede a fração de cada real de vendas que teve como resultado o lucro líquido. É correspondente, portanto, ao Lucro Líquido dividido pelas vendas líquidas. Já as vendas líquidas, por sua vez, correspondem àquilo que foi auferido pela empresa com vendas, com decréscimo dos custos de tais vendas.

3.4 RENTABILIDADE DO ATIVO

De acordo com Oliveira (2018), a rentabilidade do ativo diz respeito a um indicador bastante útil para acompanhar da evolução da companhia com o passar do tempo.

A porcentagem que resulta desse indicador demonstra a eficácia das aplicações dos ativos e a dimensão do lucro que eles estão gerando (OLIVEIRA, 2018). Desse modo, quanto maior for a porcentagem, melhor.

Rentabilidade do patrimônio líquido: Este índice demonstra quanto a empresa pôde obter de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio que se investiu. A rentabilidade do patrimônio líquido revela, assim, o panorama econômico da empresa, entendendo se ela está ou não gerando lucros em termos estruturais.

Segundo Oliveira (2018) a meta de tal análise, inserida no contexto de Fluxo de caixa, é a de avaliação da Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, ou seja, qual foi o retorno acerca dos recursos próprios que se investiram no negócio por determinada companhia.

Essa taxa pode se comparar a de outros rendimentos alternativos no mercado, tais como Caderneta de Poupança, CDB, Ações e etc., de modo a verificar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior (OLIVEIRA, 2018).

3.5 VPL

Um investimento só vale a pena quando cria valor para os seus acionistas. Neste sentido, cria-se valor na avaliação de oportunidades de investimentos que tenham a possibilidade de serem vendidos por um valor maior do que foi adquirido.

Como alguma coisa pode valer mais do que custa? Esse é um exemplo no qual o todo vale mais do que o custo das partes.

Por exemplo, suponhamos que se compre uma casa velha por R\$ 25.000 e gaste outros R\$ 25.000 com pintores, encanadores e tudo o mais para reformá-la. Seu investimento total é de R\$ 50.000.

Quando o trabalho estiver terminado, coloca-se a casa à venda novamente e descobre que ela vale R\$ 60.000. Ou seja, o seu valor de mercado passou a ser R\$ 60.000, excedendo custo de investimento de R\$ 50.000 em R\$ 10.000.

Neste caso o investidor adquiriu ativo imobilizado, contratou mão-de-obra e teve um custo de materiais, totalizando assim o montante investido.

O resultado líquido é que se criou R\$ 10.000 de valor. Em outras palavras, esses R\$ 10.000 são os *valores agregados* pelo investidor.

Com o exemplo da casa, após o fato foram criados R\$ 10.000 de valor. Portanto, as coisas funcionaram muito bem. O desafio real, obviamente, teria sido identificar com antecedência se o investimento dos R\$ 50.000 seria ou não uma boa ideia, ou seja, prever o risco e retorno deste investimento.

Para tanto, se faz necessário ter controle sobre o orçamento de capital a ser investido, com a finalidade de determinar se este investimento valerá mais depois de terminado do que seu custo.

Desta forma continuaremos a explicar a respeito da diferença entre o valor que o mercado está disposto a pagar sobre um investimento e seu custo. O valor presente líquido VPL é uma medida do valor que é criado no presente por um investimento futuro.

Dado o objetivo de criar valor para os acionistas, o processo de orçamento do capital pode ser visto como uma pesquisa de investimentos com valores presentes líquidos positivos.

3.6 TMA (TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE)

A Taxa Mínima de Atratividade - TMA é uma taxa de juros que representa o menor valor possível que o investidor está disposto a ganhar de retorno sobre um investimento ou o valor máximo que uma entidade ou pessoa está disposta a pagar sobre o capital de terceiros.

Esta taxa é formada a partir de 3 componentes básicas:

1. Custo de oportunidade: trata-se a remuneração através de alternativas não escolhidas, ou seja, a possibilidade de um investimento, sendo ele de qualquer origem.
2. Risco do negócio: Trata-se da remuneração e ou ganho que irá remunerar um risco assumido.
3. Liquidez: Trata-se da rapidez com que pode se assumir e ou retirar-se de uma posição no mercado.

A TMA é uma margem pessoal, ou seja, particular de cada acionista e ou empresa, pois a própria sensibilidade ao risco que estes *players* estão dispostos a assumir é particular de cada um.

A Taxa Mínima de Atratividade é utilizada na análise de sensibilidade dos parâmetros remuneratórios estipulados por cada empresa e ou acionista, sendo ela utilizada como medida de comparação em relação a um período de tempo ou para determinar a viabilidade de empréstimos e etc. Ou seja, tratando-se de um parâmetro ou meta estipulada na análise de um investimento a TMA será sempre interessante caso a TIR obtida seja maior, no caso de aplicação de recursos, no caso de captação de recursos a medida é proporcionalmente inversa ou seja, só será interessante para o acionista se a taxa oferecida pelo banco for menor que sua TMA.

Compreende-se que os indicadores empresariais vêm exercendo um papel importante no debate econômico brasileiro.

Desta forma os indicadores relacionados ao fluxo de caixa empresarial são extremamente importantes, vide que todas as ações empresariais estão voltadas para o bom gerenciamento das atividades operacionais, a análise dos riscos envolvidos no negócio e conseqüentemente a distribuição de dividendos para aqueles que acreditaram nos projetos destas empresas.

Fazemos referência as empresas participantes da BOVESPA, que para se tornarem eficientes, necessitam operacionalizar em larga escala.

Estas empresas precisam elevar seus resultados de intermediação financeira, bem como suas receitas, numa velocidade mais rápida que a do crescimento das despesas com funcionários, além de demais gastos administrativos (MONTANA E CHARNOV, 2010).

Para tanto, é necessária a captação de recursos de terceiros, que por sua vez acabam por ser mais baratos que a captação de recursos próprios, vide que as vezes a Taxa Mínima de Atratividade dos acionistas acaba sendo maior que a taxa de juros ofertada por bancos e instituições financeiras.

Nesse sentido, as estratégias das grandes empresas nacionais do setor privado estão sempre voltadas a crescer e aproveitar oportunidades de aquisições de concorrentes em nível nacional e de empresas com nichos regionais, incluindo os públicos estaduais, de modo a obter mais ampla escala em termos nacionais (HOJI, 2010).

Visando estimar as necessidades de financiamento para garantir fundos suficientes para que as empresas arquem com seus compromissos, o planejamento financeiro é o processo que, além de estimar a quantia necessária para continuar as operações, viabilizará o processo de decisão sobre quando e como realizar financiamentos (TAVARES, 2010).

Por se tratar de um procedimento confiável, o fluxo de caixa é também um instrumento muito relevante para as organizações, na medida em que fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar as diversas ações para se alcançar os objetivos desejados (MONTANA E CHARNOV, 2010).

Para tanto, se faz necessário que o planejamento empresarial seja coeso e assertivo, levando-se em consideração todas as variáveis mensuráveis possíveis.

Dessa maneira, entre as diversas etapas do planejamento financeiro com referência a captação de recursos de terceiros, podem-se citar (TAVARES, 2010):

- Adoção de um sistema de demonstrações financeiras projetadas;
- Cálculo da demanda de fundos necessários para a execução dos planos traçados;
- Elaboração de uma previsão da disponibilidade de fundos resultantes da execução dos planos;
- Elaboração de um sistema de controle sobre as fontes e as aplicações de fundos dentro da organização;
- Desenvolvimento de uma metodologia de adaptação dos planos às variáveis externas não controláveis.

Em uma visão mais prática, a partir de dados históricos e da necessidade de investimentos, devem ser feitos orçamentos, através dos quais podem se prevenir gastos durante o período definido para as projeções de receita (OLIVEIRA, 2018).

Desse modo, são criados cenários com probabilidades de ocorrência, de acordo com os ganhos de receita e o volume de recursos disponível para cobrir os gastos anteriormente orçados (MONTANA E CHARNOV, 2010).

O controle financeiro permite a comparação entre o desempenho da empresa periódico e as projeções determinadas entre os cenários: otimista, conservador e pessimista (TAVARES, 2010).

Desta forma, se levarmos em consideração estes aspectos, o planejamento de caixa é peça fundamental no funcionamento das estruturas empresariais, além de ser uma ferramenta imensamente ampla e analítica, capaz de possibilitar dados sensíveis nas tomadas de decisões.

3.7 TIR (TAXA INTERNA DE RETORNO)

Agora chegamos à alternativa mais importante que é a taxa interna de retorno, universalmente conhecida como TIR. Como veremos, a TIR está intimamente relacionada ao valor presente líquido – item a ser discutido a seguir.

Com a TIR, tentamos encontrar uma única taxa de retorno que resuma os resultados de um projeto. Além disso, queremos que essa taxa seja uma taxa “interna” no sentido de que dependa apenas dos fluxos de caixa de determinado investimento, e não das taxas oferecidas em outro lugar.

Para ilustrar a ideia da TIR, considere um projeto que custe R\$ 100 hoje e pague R\$ 110 em um ano. Suponhamos que lhe perguntassem “Qual é o retorno sobre esse investimento?” O que se diria? Parece natural e óbvio dizer que o retorno é de 10%, porque para cada real que colocamos obtemos R\$ 1,10 de volta.

Na verdade, como veremos em um instante, 10% é a taxa interna de retorno, ou TIR, sobre esse investimento. Esse projeto com seus 10% de TIR é um bom investimento? Novamente, pareceria óbvio que esse fosse um bom investimento apenas se o retorno exigido fosse menor do que 10%.

Essa intuição também está correta e ilustra a regra da TIR: Com base na regra da TIR, um investimento é aceitável se a TIR exceder ao retorno necessário. Caso contrário, ele deveria ser recusado.

A TIR sobre um investimento é o retorno necessário que resulta em um VPL zero quando ela é usada como a taxa de desconto, ou seja, se aplicarmos a TIR resultante como

taxa de desconto de um VPL, saberemos qual o real retorno na data de hoje de um investimento futuro.

Infelizmente, a única forma de encontrar a TIR, em geral, é por tentativa e erro. Os problemas relacionados a utilização da TIR podem ser visualizados quando os fluxos de caixa não são convencionais ou quando comparamos dois ou mais investimentos para medir a sensibilidade de cada e chegar a conclusão qual é o melhor. Nesse caso, a pergunta simples sobre qual é o retorno sobre um investimento, pode se tornar muito difícil de responder.

No segundo caso, a TIR pode ser um guia enganoso. Mesmo que haja uma única TIR, outro problema pode surgir relativo às decisões de investimentos mutuamente excludentes. Se dois investimentos, X e Y, forem mutuamente excludentes, então assumir um, significa que não podemos assumir o outro.

Diz-se que dois projetos que não são mutuamente excludentes são independentes. Por exemplo, se tivermos um terreno de esquina, então podemos construir um posto de gasolina ou um prédio de apartamentos, mas não ambos. Essas são alternativas mutuamente exclusivas.

É comum perguntarmos se um investimento vale ou não a pena ser executado. Existe uma pergunta relacionada, porém, que surge com muita frequência: Dados dois ou mais investimentos mutuamente excludentes, qual é o melhor?

A resposta é bastante simples, o melhor investimento é aquele que tiver o maior VPL. Também podemos dizer que o melhor tem o mais alto retorno? Conforme demonstrado, não. Vide que dependendo dos valores envolvidos numa negociação vale muito mais a pena investirmos menos e ganharmos mais em relação ao capital investido.

Apesar de todas as contestações acerca da aplicabilidade da TIR, a Taxa Interna de Retorno é muito popular na prática, em relação ao VPL, provavelmente ela é mais “amigável” em sua utilização que o VPL, pois consegue oferecer a uma necessidade de visualização que o VPL não consegue.

Ao analisar um investimento, todas as pessoas envolvidas têm por tendência intrínseca falar a respeito de taxas e porcentagens ao invés de explicar os retornos falando sobre valores reais e ou em espécie.

Seguindo um raciocínio semelhante, a TIR fornece um modo muito mais simples de comunicar as informações sobre um investimento proposto. Um administrador poderia dizer para outro “A reforma do complexo ABC tem um retorno de 20%”.

De alguma forma isso seria mais simples do que dizer “A uma taxa de desconto de 10%, o valor presente líquido é de R\$ 4.000”.

Em suma, sob circunstâncias distintas, a análise realizada utilizando-se a Taxa Interna de Retorno – TIR, tem uma vantagem significativa em relação as análises que se utiliza o Valor Presente Líquido - VPL. Não podemos estimar o VPL, a menos que saibamos qual é a taxa de desconto apropriada, mas podemos estimar a TIR.

Supondo que não tenhamos o retorno necessário sobre um investimento, mas descobrimos, por exemplo, que ele teve um retorno de 40%. Provavelmente, estaríamos inclinados a assumi-lo, porque seria muito pouco provável que o retorno necessário fosse tão alto.

4. ANÁLISES DE INVESTIMENTOS

A análise de investimentos consiste na aplicação de técnicas financeiras e contábeis além do conhecimento dos índices supracitados, com o objetivo de identificar a viabilidade da aplicação de capital para a empresa ou para recomendar uma carteira para os clientes em determinado momento e/ou projeto. Assim, é preciso ter cautela e utilizar os métodos corretos para que os gestores/clientes consigam discernir qual a melhor decisão a ser tomada.

Essa análise leva em conta os riscos envolvidos no projeto, sejam aqueles de ordem econômica (envolvendo os índices apresentados), sejam de cunho mercadológico (com uma visão macroeconômica, que por vezes podem contradizer os índices). Com isso, conseguimos realizar uma estimativa do retorno que será obtido — positivo ou negativo —, e o interessado tem a possibilidade de criar estratégias para identificar o cenário e conquistar melhores resultados.

A necessidade de utilizar essas análises como parâmetros para conhecer a saúde financeira se dá pelo fato de que visualizar o fluxo de caixa, a demonstração do resultado do exercício (DRE) e o balanço patrimonial pode não ser suficiente para se chegar a conclusões claras e precisas sobre determinados projetos.

Até agora, falamos que cada método tem a sua avaliação e objeto específico. Sendo assim, para o estudo ser realmente efetivo e implementado, a recomendação comum é ter como resultados:

- Menor tempo de payback;
- VPL positivo;
- TIR igual ou superior à taxa mínima de retorno;
- IL maior ou igual a 1.

No entanto, existem cenários nos quais alguns pontos indicam aceitar o projeto e, outros, rejeitar. Por se tratarem de respostas conflitantes, o mais recomendado seria adotar o VPL como o caminho mais confiável para a tomada de decisão. Ainda assim, é fundamental analisar o estudo como um conjunto para alcançar a melhor conclusão possível.

É comum também que os gestores busquem conhecer e comparar os seus índices com os dos seus concorrentes e do mercado, em geral. Contudo, principalmente, conhecer e entender a realidade de seu propósito é essencial para descobrir quais são os pontos de melhoria e saber trabalhar neles.

5. AGÊNCIAS DE RATING

As agências de rating, ou agências de avaliação de risco, são empresas especializadas que fiscalizam as atividades financeiras de diversas instituições, públicas e privadas, graduando o nível do risco de crédito de cada uma delas. Essa avaliação é feita através das divulgações dos relatórios financeiros e principalmente pela atribuição de uma nota de risco – o chamado rating.

Cada investimento possui seu próprio risco, mas com a enorme gama de ativos, propriedades e empresas disponíveis no mercado, muitas vezes o investidor não é capaz de analisar cada um deles com a devida precisão para indicar seu melhor investimento. E esse é justamente o campo de ação das agências de rating: Realizar essa análise, da forma mais profissional e independente possível, indicando, por exemplo, qual o risco de se investir nos títulos de dívida de um determinado país, fornecendo uma avaliação concisa sobre o grau de investimento desses ativos e dos riscos que calote que eles possuem.

Em tese, quanto maior o rating, melhor é a saúde financeira e as condições de honrar pagamentos de uma instituição. Logo, o risco de investir em tal instituição é menor – atraindo assim mais interessados em investir na mesma. Ao mesmo tempo, um rating baixo evidencia que a instituição talvez não possua uma boa capacidade de pagamento, e com isso, provavelmente o risco de ser um mau investimento é maior – o que afasta os investidores e faz com que a instituição tenha que pagar juros mais elevados (oferecer maior retorno) para atrair interessados.

A avaliação feita pelas agências para definir o risco financeiro e o grau de investimento de uma instituição envolve uma série de critérios técnicos. São eles:

- Estabilidade financeira e capacidade de caixa para operar e realizar pagamentos;
- A qualidade dos títulos e as garantias oferecidas por eles;
- O nível de endividamento de curto e longo prazo da instituição
- O histórico de crédito e a existência ou não de calotes e defaults no passado da instituição;
- O nível técnico dos executivos e gestores que comandam a instituição;
- As condições econômicas e o próprio risco do país onde a instituição está localizada, no caso de empresas, instituições privadas ou estados e municípios;
- A capacidade interna da instituição em gerenciar e mitigar riscos – não só financeiros, mas de qualquer natureza.

6. ANÁLISES DE EMPRESAS PARA OS INVESTIMENTOS PESSOAIS

Mas então, como as empresas de investimentos realizam as análises para entregar as recomendações aos seus clientes e atender suas expectativas? Primeiro as perguntas, depois as respostas. As empresas seguem um tipo de manual, a tal leitura do conjunto da qual já falamos sobre, e, então, tentam se aproximar do melhor cenário possível. Dentro desse manual são levantados alguns pontos como:

- 1- Objetivos do investimento
- 2- Momento de vida do investidor
- 3- Patrimônio para investir
- 4- Disponibilidade de riscos
- 5- Perfil do Investidor
- 6- Opção de investimento

7. EXEMPLO HIPOTÉTICO DE METODOLOGIA PROPOSTA PARA ANÁLISE

Todos os itens subsequentes têm como princípio tentar simular uma análise de investimento na prática, todos com informações fictícias e de elaboração do autor.

7.1 OBJETIVOS DO INVESTIMENTO

O objetivo do investimento, nesse caso, será obter a rentabilidade máxima em um curto prazo, um ano. Normalmente esse objetivo é o ponto de entrada da maioria das pessoas no mundo de investimentos.

7.2 MOMENTO DE VIDA DO INVESTIDOR

Pensaremos como investidor para o caso, um jovem que mora com a família de classe média, sem filhos, faixa etária entre 20 e 25 anos, estagiando com bolsa de mil e duzentos reais. O investidor possui uma reserva financeira de 5 mil reais. Pela boa situação financeira da família, não existem gastos fixos e contas a pagar.

7.3 PATRIMÔNIO PARA INVESTIR

O patrimônio do investidor é de 5 mil reais, como citado anteriormente, e, apesar de não ter despesas obrigatórias, podemos assumir que o investidor mantém um padrão de gasto mensal no valor de R\$700,00 (aprox. 58% de sua renda). Com isso, a disponibilidade de investimento mensal atingiria quinhentos reais mensais (aprox. 42% de sua renda). No quadro abaixo é mostrado o resumo das despesas mensais do investidor.

Alimentação	R\$ 250,00
Transporte	R\$ 150,00
Lazer	R\$ 300,00
Total	R\$ 700,00

Considerando que investir os R\$500,00 disponíveis atingiria uma porcentagem muito alta da renda, e que o investidor não se vê com pressa, lidaremos com o aporte mensal de investimento em 20% da renda, no valor de R\$ 240,00, liberando uma folga para eventuais aumentos de gastos.

7.4 DISPONIBILIDADE DE RISCOS

De acordo com o momento de vida e que o mesmo não possui contas a pagar e ainda é muito jovem, iremos considerar que o investidor aceita assumir alguns moderados riscos afim de obter maiores resultados. No entanto, é interessante que o investidor comece a criar um fundo de reserva para casos emergenciais, que todos estão sujeitos. Nesse fundo, será utilizado 10% do aporte mensal de investimentos, R\$24,00. Por ser algo dedicado a uma emergência, o correto seria aplicar na alternativa mais segura e de maior liquidez do mercado, a poupança.

7.5 PERFIL DO INVESTIDOR

De acordo com seu objetivo de render o máximo possível no curto prazo de um ano, o perfil do investidor é moderado. Aceitando assumir riscos.

7.6 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS

Para o caso, pensaremos restritamente em poupança e bolsa de valores.

De acordo com informações encontradas nas principais instituições financeiras a taxa média de rendimento da poupança em 2020 foi de 0,17%:

Mês/2020	Rendimento mensal
Janeiro	0,25%
Fevereiro	0,25%
Março	0,24%
Abril	0,21%
Mai	0,21%
Junho	0,17%
Julho	0,13%
Agosto	0,13%
Setembro	0,12%
Outubro	0,12%
Novembro	0,12%
Dezembro	0,12%

Rentabilidade Poupança 2020
 Fonte: Banco Central

Já a bolsa de valores passou por uma verdadeira montanha-russa, principalmente em virtude do boom causado pela covid-19. Tendo um primeiro trimestre desastroso, acumulando uma variação de -36,86%, foi se recuperando ao longo do ano para fechar com o acumulado positivo de 2,92%, segue rentabilidade mensal:

Mês/2020	Ibovespa
Janeiro	-1,63%
Fevereiro	-8,43%
Março	-29,90%
Abril	10,25%
Mai	8,57%
Junho	8,76%
Julho	8,27%
Agosto	-3,44%
Setembro	-4,80%
Outubro	-0,69%
Novembro	15,90%
Dezembro	9,30%

Rentabilidade Ibovespa 2020
 Fonte: Site B3 (www.b3.com.br)

Como o retorno médio anual dos últimos 20 anos da bolsa de valores é de 11,9% ao ano, será utilizado uma taxa média de 0,99% ao mês.

No quadro abaixo estão apresentados os valores referentes aos investimentos mencionados anteriormente.

INVESTIMENTO	RENTABILIDADE MÉDIA	CUSTOS	CENÁRIOS	RISCOS
Poupança	0,17%	-	Otimista	Nulo
			Pessimista	Nulo
Bolsa de Valores	0,99%	-	Otimista	Médio
			Pessimista	Alto

Quadro 1 – Investimentos

Fonte: Elaborado pelo Autor

No quadro acima, o que se entende por um investimento apresentar risco é a chance de apresentar uma rentabilidade nula ou negativa. Em relação aos custos, consideramos um banco de investimentos taxa zero para aplicação na Bolsa e desconsideramos os emolumentos e IR de todos os casos.

Para definir qual ou quais investimentos devem ser aplicados para obter melhores e mais adequados resultados para o caso, usaremos o método VPL.

Como definido, o investidor terá um capital no valor de R\$5.000,00 e está comprometido a realizar aportes mensais de R\$240,00. Desses aportes, separaremos 10% para emergência até o oitavo mês, que mitigará possíveis perdas ou rentabilidades negativas.

Segue resumo com as informações descritas:

INVESTIMENTO INICIAL	R\$ 5.000,00
INVESTIMENTOS MENSAIS ATÉ O OITAVO MÊS	R\$ 216,00
INVESTIMENTOS MENSAIS ATÉ O DÉCIMO SEGUNDO MÊS	R\$ 240,00

Quadro 2 - Resumo Aplicações

Fonte: Elaborado pelo Autor

7.6.1 VPL

Utilizaremos como referência para a taxa média de atratividade a própria taxa da poupança (por se tratar da taxa mínima no exemplo). Importante ressaltar que o valor médio da bolsa leva em consideração somente o Ibovespa, que representa o índice que incorpora as ações mais representativas negociada. Se cada ação negociada fosse analisada separadamente, os valores considerados seriam totalmente diferentes.

Invest	MESES													VPL
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Poup	5.000,00	224,50	224,88	225,26	225,65	226,03	226,41	226,80	227,19	251,57	252,00	252,43	5.252,86	2.683,09
Bolsa	5.000,00	265,50	268,13	270,78	273,46	276,17	278,91	281,67	284,45	311,27	314,35	317,46	5.320,61	3.322,60

Quadro 3 - Simulação Investimentos

Fonte: Elaborado pelo Autor

Conforme supracitado: Para o cálculo do VPL, foram utilizadas as taxas de 0,17% para a poupança e 0,99% para o Ibovespa. Considerada TMA a mesma taxa da poupança por ser a menor encontrada.

Pode-se verificar que o melhor investimento, desconsiderando os riscos, seria investir na bolsa. No entanto, o risco envolvido nesse investimento é relevante e para analisar as opções de investimento levando em conta o risco será realizado outro método bastante útil, o método de Bayes.

7.6.2 MÉTODO DE BAYES

De acordo com o quadro 1, podemos planejar a tabela praticando o método de Bayes conforme estabelecido no estado da arte do estudo:

PAYOFF ESPERADO			
	PAYOFF CENÁRIO AO MÊS		
INVESTIMENTO	Cenário Otimista	Cenário Pessimista	Cenário Neutro
Poupança	0,17%	0,17%	0,17%
Bolsa de Valores	0,99%	-1,00%	0,50%
Chance	40%	10%	50%

Quadro 4 - Aplicação de Regra Bayes

Fonte: Elaborado pelo Autor (hipotético)

De acordo com a regra de Bayes, o investimento mais rentável seria a bolsa, com a rentabilidade de 0,55% do capital investido, em comparação com o payoff de 0,17% para a poupança: (Rentabilidade = $0,99\% \times 0,4 + (-1,00\% \times 0,1) + 0,50\% \times 50\% = 0,5460\%$).

A grande dificuldade encontrada nesse método é estimar com precisão as chances de riscos em cada cenário, levando em consideração a situação política e econômica do lugar que será aplicado o investimento.

No exemplo acima, interpretamos as probabilidades dos cenários de 40% de chance de o Brasil ter um cenário otimista, 10% de chance pessimista e 50% neutro, ou seja, uma análise mais isenta possível. Os valores de rentabilidade foram “chutados” exclusivamente para fins de exemplificação, já que não seria corriqueiro determinar exatamente tais valores.

CONCLUSÃO

Diante das necessidades da evolução humana, principalmente na área econômico-financeira, originaram-se os estudos da ciência social da Contabilidade e a constituição de técnicas e práticas contábeis que mensuram o patrimônio de uma pessoa física ou jurídica, apontando indicadores relevantes, informações seguras e concretas para a tomada de decisão, permitindo que o gestor, proprietário ou diretor de uma entidade, ou de sua própria vida pessoal, possa vislumbrar de uma visão ampla e transparente de cunho técnico e operacional, verificando a demanda de manutenções periódicas e a necessidade de mudanças criteriosas nos planejamentos da saúde-financeira de uma entidade, evitando resultados negativos irreparáveis.

As Demonstrações Contábeis foram configuradas de suma importância, além de obrigatórias, pois apontam os resultados operacionais, não operacionais, fiscais e lucrativos em dado período, sendo certo que existem normas que devem ser cumpridas a sua padronização de estrutura e informações a serem declaradas, tornando assim possível a sua compreensão e comparabilidade internacionalmente.

Conforme visto no decorrer do trabalho, as aplicações de metodologias de análises de investimentos é uma prática bastante dependente de variáveis, que por muitas vezes podem ser incertas e imprevisíveis. Por conta disso, os inconvenientes enfrentados para se alcançar uma opção ideal de investimento são muitos. Porém, quando as metodologias são utilizadas da forma correta, é possível mitigar riscos e auxiliar o investidor a encontrar uma alternativa aproximada da ideal. As perdas e os erros irão acontecer, se trata de ganhar mais do que perder.

REFERÊNCIAS

BUENO, Artur Franco; LOPES, Edmir. Harmonização Global das Práticas Contábeis. Contabilidade Internacional. São Paulo, Módulo 2, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC– Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=9>>. Acesso em: Maio de 2021.

HOJI, Masakazu. Administração financeira: uma abordagem prática matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTANA, Patrick J, Bruce H.CHARNOV. Administração. São Paulo. Ed, Saraiva, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da Contabilidade. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento Estratégico – Conceitos e Metodologia Práticas. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PADOVEZE Clóvis Luis; BENEDICTO Gideon Carvalho de. Análise das demonstrações financeiras. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. Conversão de Demonstrações Contábeis. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHONBLUM, Paulo Maximilian Wilhelm. Contratos bancários. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2004.

TAVARES, M. C. Gestão Estratégica. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2010

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional: Influências dos Sistemas Jurídico e Educacional, da Cultura e do Mercado. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Análise de Investimentos: O que é e seus principais métodos de avaliação. Disponível em: <<https://valoreasy.com.br/blog/analise-de-investimentos/>>. Acesso em: Outubro de 2021.

Entenda o papel das agências de rating na classificação de riscos do mercado. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/agencias-de-rating/>>. Acesso em: Setembro de 2021